

José Bento Cardoso Vidal Neto

A gramatização do Português do Brasil na *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro (1881)*

1. Introdução

Edith Pimentel Pinto, em sua obra *O Português do Brasil – vol. I*, diz que:

É somente nos meados do século XIX, com *Varnhagen* [com o prólogo que o autor escreve para a publicação do seu *Florilégio da poesia brasileira*], que a língua do Brasil assume contornos de problema de interesse nacional e, concomitantemente, passa a constituir objeto de cogitação, para registro de uma realidade já consistente e documentável. (1978, XVI)

O deslocamento da discussão para o campo da literatura fez crescer o debate e a visibilidade desta questão, abrindo, assim, o caminho para que autores românticos como Gonçalves Dias (1823-1864) e José de Alencar (1829-1877) discutissem este assunto e reforçassem o valor do *registro brasileiro da língua portuguesa*.

Com efeito, é justamente a partir do tema que suscitou esta discussão, ou seja, os aspectos referentes à *realidade linguística brasileira*, que propusemos o presente trabalho. Há de se destacar, no entanto, que nossos estudos estão circunscritos em um campo bem específico: a *gramática tradicional*.

Ao relacionarmos *Português do Brasil* e *gramática*, forçosamente, fomos levados à *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro (1845-1890), uma vez que este compêndio foi, em 1881, o primeiro a registrar de maneira substancial marcas relativas à *variedade brasileira* do Português, sendo, portanto, o primeiro a *gramatizá-la*.

Para realizar este estudo, nos atrelamos teórico-metodologicamente aos conceitos de Sylvan Auroux (1992;1998a), especificamente, no que tange ao processo de *gramatização* e à *hiperlíngua* e também no que diz respeito à significativa importância exercida pelos *instrumentos linguísticos*.

Quanto ao significado de *gramatização*, Auroux (1992, 65, grifos do autor) diz que "deve-se entender como o processo que conduz a *descrever* e a *instru-*

* O presente artigo é uma versão adaptada de partes da dissertação de Mestrado por nós defendida no Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da USP, orientada pela Profa. Dra. Marli Quadros Leite, em 2010.

mentalizar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário". Com efeito, há ainda de se salientar a configuração de uma importante relação entre estes *compêndios metalinguísticos* e os *usuários* das línguas, motivo pelo qual este autor os denominou *instrumentos linguísticos*.

Já quanto à *hiperlíngua*, Auroux (1994, 243, grifos nossos) destaca que "em qualquer situação, ela [a *hiperlíngua*] é esta *realidade última* que engloba e situa toda realização linguística e limita concretamente toda inovação. [pois] Se os sujeitos não se compreendem, não há *hiperlíngua*".

Com efeito, se neste modelo proposto por Auroux, a *hiperlíngua* representa a *totalidade* de uma determinada língua, ou seja, como afirmou o autor, é a sua *realidade última*, podemos, assim, depreender que quando falamos sobre uma determinada *hiperlíngua*, estamos fazendo referência não apenas aos *usos* considerados *cultos* de uma língua, mas também aos *usos* tidos como *não cultos*.

Devemos aqui destacar, que normalmente as *gramáticas tradicionais*¹ se limitam apenas aos *registros* tidos como *cultos* de uma determinada *hiperlíngua*, deixando de fora os demais *registros* que não se enquadram no referencial da *norma culta*².

Ao incluir marcas do Português do Brasil em sua *Grammatica*, Ribeiro amplia o registro da *hiperlíngua* brasileira que normalmente era feito pelos compêndios gramaticais publicados em solo nacional, fato que torna seu trabalho digno de análise e de estudo mais detido.

Com efeito, a compreensão do processo acima destacado passa pela análise dos óbices que Ribeiro fazia ao modelo gramatical Racionalista ou, nas suas palavras, à *metafísica*.

¹ Quanto ao conceito de *gramática tradicional*, adotamos o que diz Chevalier (1996) sobre este assunto. O autor diz ser aquela gramática que segue o modelo surgido na Antiguidade Clássica, isto é, que traz em seu bojo a matéria ordenada segundo a tradição greco-latina: alfabeto, ortografia, partes do discurso e sintaxe, com variações próprias de cada estágio de desenvolvimento dos estudos linguísticos.

² Quanto ao conceito de *norma culta*, adotamos como referência o que Faraco (2002, 40) diz a respeito: "Assim, a expressão norma culta deve ser entendida como designando a norma linguística praticada, em determinadas situações (aquelas que envolvem certo grau de formalidade), por aqueles grupos sociais mais diretamente relacionados com a cultura escrita, em especial por aquela legitimada historicamente pelos grupos que controlam o poder social".

2. A transição do Racionalismo para o Naturalismo na gramaticografia brasileira

O posicionamento crítico de Ribeiro (1914, I) quanto à *metafísica*³ ficou conhecido pela frase por ele utilizada para abrir o prólogo da 2ª edição: "As antigas grammaticas portuguezas eram mais dissertações de metaphysica do que exposições dos usos da língua". Esta frase dá sequência a uma outra frase utilizada por Ribeiro (1881, 291, grifos nossos), na 1ª edição, para referir-se pejorativamente ao *racionalismo* da *Gramática Filosófica*: "Subtilezas só engendram *confusão*: em metaphysica cada qual discreteia a seu modo, e ha sempre tantas sentenças quantas são as cabeças".

Ribeiro realiza tais críticas justamente por conceber a *língua* e a *gramática* de forma distinta àquela proposta pelos *metafisicos*. Diferentemente do que era proposto por este modelo, Ribeiro se levanta contra a necessidade teórico-metodológico de o gramático submeter seus dados e seus estudos linguísticos à prova da *razão*. Ao dizer o que não aceitava em matéria de estudos sobre a linguagem, Ribeiro (1881, 291, grifos nossos) também aponta para aquilo que acha ser o único caminho possível para tais investigações: "As irregularidades, os idiotismos⁴, os dizeres intimos de uma lingua *só pelo estudo historico comparativo* podem ser postos em luz, *explicados*, *solvidos*".

Este embate entre *modelos gramaticais* epistemologicamente diferentes pode ser compreendido em função de uma mudança de concepção quanto ao que seja *científico*, uma vez que Ribeiro nega os critérios de *ciência* do *Racionalismo* e liga-se aos valores do *Empirismo*, especialmente aos do *Naturalismo*.

Com efeito, não é exagerada a afirmação de que a *concepção naturalista* de língua adotada por Ribeiro é que comanda seu pensamento linguístico e que, desta forma, suas explicações gramaticais pautam-se nesta opção. Ribeiro parte da tese de que a língua é um *organismo* vivo estando, assim, sujeito ao nascimento, crescimento e morte.

A opção que Ribeiro fez pelo *Naturalismo* o colocou no âmbito teórico do *Empirismo*. A respeito deste último, Hessen (1964, 68-69) nos esclarece que:

³ Antes, porém, é necessário fazer um esclarecimento terminológico: o termo *metafísica* é usado por Ribeiro para se referir à tradição gramatical de base *racionalista*, ou seja, tem, em sua obra, o valor equiparado ao que chamamos, na gramaticografia de língua portuguesa, de *Gramática Filosófica*.

⁴ Relativamente ao tratamento dado aos idiotismos pela *Gramática* de Port-Royal, Bassetto e Murachco (2001, XXVI) assim se manifestam: "[...] o que geralmente se critica nesse tipo de abordagem linguística [a racionalista] é que nem tudo pode ser reduzido à razão, como os idiotismos; realmente, os escritos de Port-Royal têm muito poucos. Fazem muita abstração, baseada em poucas línguas, todas provenientes do indo-europeu; realmente é difícil, senão impossível, uma Gramática Geral que descreva todas as variantes linguísticas da Humanidade, da mesma forma que N. S. Trubetzkoi não conseguiu montar um sistema fonológico universal".

O empirismo (de ἐμπειρία = experiência) opõe à tese do racionalismo (segundo a qual o pensamento, a razão, é a verdadeira fonte de conhecimento), a antítese que diz: a única fonte do conhecimento humano é a experiência. Na opinião do empirismo, não há qualquer patrimônio a priori da razão. A consciência cognoscente não tira os seus conteúdos da razão; tira-os exclusivamente da experiência. O espírito humano está por natureza vazio; é uma tábua rasa, uma folha em branco onde a experiência escreve. Todos os nossos conceitos, incluindo os mais gerais e abstratos, procedem da experiência. Enquanto que o racionalismo se deixa levar por uma ideia determinada, por uma ideia de conhecimento, o empirismo parte dos factos concretos.

Relativamente às *ciências naturais*, Hessen (1964, 69-70) nos mostra o quanto que elas se valem dos modelos analíticos propostos pelo *Empirismo*. Vejamos:

Enquanto que os racionalistas procedem da matemática a maior parte das vezes, a história do empirismo revela que os seus defensores procedem quase sempre das ciências naturais. Isto é compreensível. Nas ciências naturais a experiência representa papel decisivo. Nelas trata-se sobretudo de comprovar exactamente os factos mediante uma cuidadosa observação. O investigador está completamente entregue à experiência. É muito natural que quem trabalha de preferência ou exclusivamente com este método das ciências naturais, tenha tendência para de antemão colocar o factor empírico sobre o racional. Enquanto que o filósofo de orientação matemática chega facilmente a considerar o pensamento como a fonte única do conhecimento, o filósofo que vem das ciências naturais tenderá para considerar a experiência como fonte e base de todo o conhecimento humano.

A opção pelo *método experimental* é feita por Ribeiro (1880, 11, grifos do autor) na *introdução* de seu livro *Traços geraes de linguística*, local em que ele faz a seguinte afirmação: "Os processos de investigação e verificação de que usa o homem consistem na *observação* e na *experiencia* cuja reunião constitue o *methodo experimental*. Os instrumentos do *methodo experimental* são os *sentidos* e o *juízo*".

Desta forma, podemos perceber como Ribeiro julga ser o adequado posicionamento de um *pesquisador*: inicialmente, deve lançar-se à *observação* dos fenômenos, depois *refletir* sobre eles, ou seja, os *estuda* (cria um *juízo* a respeito) e, finalmente, depois deste processo está habilitado a emitir suas considerações a respeito do *fenômeno observado*.

Desta forma, considerando a importância dada por Ribeiro à experiência *empírica*, é possível compreender o motivo que fez o autor incluir em seu texto gramatical algumas marcas aquilo que observava quanto a alguns usos linguísticos realmente praticados no Brasil, ou nos termos de Aurox (1994), da *hiperlíngua* brasileira.

Para um gramático empirista não seria possível ignorar aquilo que se impunha à sua experiência sensível, que, no seu caso, eram as especificidades do Português do Brasil.

3. A questão da língua portuguesa do Brasil na Grammatica portuguesa, de Júlio Ribeiro

Já tendo apresentado o mencionado ineditismo de Ribeiro quanto aos registros da língua portuguesa praticada no Brasil, o presente trabalho se propõe, agora, a levantar e melhor compreender os fatores que conduziram o autor a tal façanha.

Apontando para a importância de Ribeiro para a gramaticografia brasileira, Leite (2005a, 104-105) assim se manifesta:

Efetivamente, o que nos interessa [em Júlio Ribeiro] é ter sido o autor um verdadeiro renovador da norma gramatical portuguesa, sob dois pontos de vista: o primeiro, do trabalho sobre algumas marcas da língua realmente praticada no Brasil e, depois, da renovação da teoria gramatical.

Com efeito, quanto ao processo destacado pela autora, apontamos para a nossa hipótese interpretativa: julgamos que *a renovação da teoria gramatical* foi a responsável direta pela presença, na *Grammatica*, de *algumas marcas da língua realmente praticada no Brasil*. Ou seja, julgamos que a consideração da *hiperlíngua* brasileira, por parte de Ribeiro, se deu em função de um movimento anterior de quebra e renovação das teorias que embasavam a maioria dos gramáticos da época, notadamente, os valores *racionalistas* da *Gramática Filosófica*.

Efetivamente, o modelo gramatical *racionalista* – que vigorava em solo nacional até final do século XIX⁵ - não se ocupou em registrar, em compêndio, as marcas do Português do Brasil, mesmo que *empiricamente* as evidências linguísticas já apontassem para a presença de *variações* em relação ao Português de Portugal, com efeito, acumuladas ao longo de quatro séculos. Ou seja, nenhuma *gramática filosófica do Português*, mesmo as escritas por gramáticos brasileiros e aqui editadas, se ocupou em *gramatizar* o Português do Brasil.

Não se deve, porém, imputar culpa apenas ao *Racionalismo* pelo não registro gramatical das marcas da *variedade brasileira* do Português, uma vez que nas *gramáticas particulares* sempre há uma *norma* linguística a ser *prescrita*. A *prescrição* de uma determinada *norma* liga-se fortemente àquilo que é considerado como *bom uso* da língua em uma determinada época. Tal processo *normativo* é herdado de uma das principais características do modelo gramatical *greco-latino*.

Quanto à diversidade de modelos gramaticais no Brasil novecentista, Leite (2007b, 5, grifos da autora) diz que:

⁵ Duas importantes gramáticas *racionalistas* do período mencionado são a de Francisco Sotero dos Reis (1800-1871) e Augusto Freire da Silva (1836-1917), editadas em 1866 e 1875, respectivamente.

[...] fica exposta a barafunda gramatical que vigorava no Brasil no século XIX pela presença, em diversas obras, de métodos variados, seja o fundeado somente na teoria greco-latina (o *prescritivista*), seja o ancorado na teoria racional (o *filosófico*), seja o histórico (o *historicista*), que depois da publicação da gramática de Júlio Ribeiro, se difundiu pelas gramáticas brasileiras [...].

Quanto a Ribeiro, não é somente o seu viés *empirista* (que em termos epistemológicos está representado pela adesão à Gramática Histórico-Comparada) que aparecerá em sua *Grammatica*, mas também o viés *prescritivista*, normativo. Seu trabalho é, pois, uma oscilação entre estas duas vertentes, ou, em outros termos, Ribeiro encerra em si o *gramático tradicional* e o *cientista da língua-gem*. Ora um se manifesta mais destacadamente, ora outro.

3.1 A evolução linguística e o processo de gramatização do Português do Brasil na Grammatica portugueza, de Júlio Ribeiro

Como indicamos no item anterior, as opções epistemológicas tomadas por Ribeiro trarão importantes consequências para o registro pioneiro da *hiperlíngua* brasileira em uma gramática. Ribeiro aceitou o princípio de que as línguas *mudam*, pois partiu, doutrinariamente, de uma concepção *evolucionista-darwinista* para o fenômeno da *evolução linguística*, e, assim, pôde abrir espaço para registrar, no corpo de sua *Grammatica*, tanto o processo de *mudança linguística* do Latim para o Português quanto o de *variação linguística* do Português de Portugal em relação ao Português do Brasil, como também de *variações* existentes internamente na variedade brasileira do Português.

A despeito da amplitude que o termo *gramática* pode encerrar, Auroux (1992, 66) toma o cuidado de bem delimitá-lo no âmbito do processo da *gramatização*. Vejamos:

Nós chamamos gramática de uma língua L, algo como o que fez Panini para o sânscrito; Dionísio de Trácia e Apolônio para o grego; Varrão, Donato e Prisciano para o latim e Sibawayhi e seus sucessores para o árabe. Uma gramática contém (pelo menos): a. uma categorização das unidades; b. exemplos; c. regras mais ou menos explícitas para construir enunciados (os exemplos escolhidos podem tomar seu lugar).

Com efeito, ainda falando sobre a *gramática* e sua importância para a *descrição das línguas*, Auroux (1992, 66) salienta o papel que exercem as *regras* em tais compêndios, principalmente, na relação existente entre a *gramática* e a *realidade linguística*. Vejamos:

As regras podem ser encaradas como prescrições (diga..., não diga ..., diz-se...) que não possuem nenhum valor de verdade ou como descrições (na língua L..., é enunciado correto, eles dizem...). É fácil passar do primeiro para o segundo tipo de formulação, o que explica que nunca existe, entre uma série de gramáticas prescritivas e uma outra série de gramáticas

descritivas da mesma língua, a absoluta solução de continuidade que aí vê a historiografia tradicional: um certo saber se conserva sempre. Toda gramática equivale pois a um corpus (mais ou menos explícito) de afirmações suscetíveis de serem verdadeiras ou falsas. É por aí que ela é uma descrição linguística.

Assim dito, uma vez que o gramático, tanto nas *gramáticas prescritivas* quanto nas *descritivas*, detém a prerrogativa de definir seu *corpus*, seu exemplário, bem como as observações que fará sobre ele, tais comentários sobre a língua são necessariamente pautados em determinadas *regras*, mesmo considerando que em alguns casos elas não encontrem unanimidade entre os próprios gramáticos.

Deste processo, podemos depreender que, se a noção de *regra* está presente em qualquer mecanismo de descrição gramatical, os referenciais de correção em uma determinada *língua* não serão os mesmos quando nela houver uma *gramática*.

Em relação aos impactos que uma possível ausência de *gramática* acarreta em uma *língua*, Auroux (1992, 69) salienta o fato de que tal inexistência aumenta o leque de possibilidades quanto à *variação linguística*. Vejamos:

Em um espaço linguístico vazio, ou praticamente vazio, de intervenções tecnológicas [referência à gramática e ao dicionário], a liberdade de variação é evidentemente muito grande e as descontinuidades dialetais, que afetam essencialmente traços que não se recobrem, são pouco claras. A gramatização, geralmente se apoiando sobre uma discussão do que seja o "bom uso" vai reduzir esta variação. Basta considerar, para cada uma das línguas europeias, a série dos gramáticos, do século XVI ao fim do século XVII, para ver como se reduzem as diferentes variantes de uma mesma forma até desaparecerem.

Como pôde ser visto, para Auroux (1992), a *gramática* está longe de ser apenas um repositório passivo de regras e usos de uma determinada língua. Efetivamente, ela está inserida em um processo contínuo de *instrumentalização tecnológica da fala natural*. Em função da importância que este processo desempenha quanto à *variação* das línguas, Auroux (1992, 69-70, grifos do autor), no bojo de seus estudos sobre a *gramatização*, denominou a *gramática* – bem como o dicionário – como *instrumentos linguísticos*. Vejamos as palavras do autor quanto a este processo:

A gramática não é uma simples descrição da linguagem natural, é preciso concebê-la também como um *instrumento linguístico*: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor. Isto é ainda mais verdadeiro acerca dos dicionários: qualquer que seja minha competência linguística, não domino certamente a grande quantidade de palavras que figuram nos grandes dicionários monolíngues que serão produzidos a partir do final do Renascimento (o contrário tornaria estes dicionários inúteis a qualquer outro fim que não fosse a aprendizagem de línguas estrangeiras). Isto significa que o aparecimento dos instrumentos linguísticos não deixa intactas as práticas linguísticas humanas.

Com efeito, podemos afirmar que da mesma forma que Fernão de Oliveira (1507-1581) e João de Barros (1496-1570) foram os primeiros autores a *gramatizar* o Português, respectivamente, em 1536 e 1540⁶, Ribeiro, ao lançar sua *Grammatica portugueza*, em 1881, foi o primeiro autor a *gramatizar* o Português do Brasil, uma vez que, como já salientamos, ele foi o primeiro a registrar na *gramática tradicional* marcas da variedade brasileira do Português. Tais traços eram, até então, solenemente ignorados pelos gramáticos, mesmo por aqueles que eram brasileiros e editavam seus trabalhos em solo nacional, como foi o caso do maranhense Sotero dos Reis, importante gramático à época de Ribeiro.

Devemos aqui sublinhar que o processo de *gramatização* do Português do Brasil, acima destacado, foi realizado por um modelo gramatical até então inédito na gramaticografia brasileira e que foi inaugurado por Ribeiro, em 1881: a *Gramática Histórico-Comparada*.

Para que tal autor pudesse levar a cabo um estudo gramatical em que seus valores *evolucionistas-darwinistas* fossem contemplados e desenvolvidos – principalmente, em relação à recuperação dos estágios *evolutivos* antigos do Português e suas implicações na *sincronia* da língua portuguesa - Ribeiro encontrou condições ideais para tal tarefa justamente nas proposições teóricas e nos métodos de estudo utilizados pelo modelo *histórico-comparatista*.

Efetivamente, para Ribeiro, os métodos apregoados pela *Gramática Filológica* e até então vigentes no Brasil - final do século XIX - não eram suficientes ou mesmo adequados para seus propósitos analíticos, que como já dissemos, eram de teor *evolucionista-darwinista*.

Diferentemente do que ocorria no modelo *racionalista*, a concepção *naturalista* de língua, por tratá-la como um ser vivo, estabelece relações de *parentesco*, biologicamente consideradas, entre as diversas línguas existentes. Neste sentido, o intuito dos *linguistas-naturalistas* era o de reconstruir estes *parentescos* linguísticos, perdidos ao longo do tempo, para que, assim, servissem na compreensão de como estas relações se manifestavam no *presente* das línguas. Para realizar tal estudo, a utilização dos métodos propostos pela *Gramática Histórico-Comparada* serviu para que muitos *linguistas-naturalistas* pudessem levar a cabo os objetivos de análise acima destacados.

Dito de uma outra forma, podemos dizer que o surgimento da *Gramática Histórico-Comparada* constituiu uma importante ferramenta de análise para os estudiosos que concebiam as línguas como organismos vivos e, assim, passíveis de *evolução*.

⁶ Cf. Auroux (1992, 38-39). Ali o autor apresenta um *quadro cronológico* relativo à "gramatização dos vernáculos europeus".

3.1.1 Hiperlíngua brasileira e os registros do Português do Brasil

Como afirmou Leite (2005a), Ribeiro foi o primeiro gramático a considerar a *hiperlíngua* brasileira no âmbito de uma gramática tradicional.

Devemos aqui destacar, que normalmente as *gramáticas tradicionais* se limitam apenas aos *registros* tidos como *cultos* de uma determinada *hiperlíngua*, deixando de fora os demais *registros* que não se enquadram no referencial da *norma culta*.

Como já sabemos, este tratamento assimétrico, dado aos diferentes *registros* de uma determinada língua, emana da origem histórica da *gramática tradicional*, notadamente do modelo greco-latino, que era fundamentado no eixo da *prescrição gramatical*. Efetivamente, para que haja *prescrição* em uma língua deve necessariamente existir um referencial que a oriente. No caso das *gramáticas tradicionais* sua orientação é a de atender aos ditames estabelecidos pela *norma culta*.

Porém, mesmo que assim procedam, muitas *gramáticas tradicionais* acabam registrando alguns usos *não cultos* de uma determinada língua, mesmo que normalmente isso seja feito com o intuito de criticá-los. Desta forma, a despeito de repreenderem tais usos, estas gramáticas acabam por ampliar, em seus textos, o leque de considerações sobre a *hiperlíngua* da língua estudada, uma vez que incluem, mesmo que para sancioná-los, usos da língua considerados como *não cultos*.

No que tange a *hiperlíngua* brasileira, Ribeiro registrou, como normalmente faz um gramático, a *norma culta* do Português, que, em sua época, tinha seu valor referencial definido única e exclusivamente pela *norma lusitana*. Porém, além dos usos *cultos*, ou seja, aqueles ligados a Portugal, Ribeiro trouxe também para seu compêndio marcas do Português utilizado no Brasil, inclusão que, como já destacamos, foi pioneira na gramaticografia brasileira, mesmo considerando que, em alguns casos, o *uso brasileiro* do Português mereceu reparos ou mesmo críticas por parte de Ribeiro.

Com efeito, tal gesto foi de grande importância, uma vez que as gramáticas brasileiras até 1881, especialmente as de base *filosófica*, simplesmente ignoravam a *realidade linguística brasileira*, mesmo que fosse para criticá-la.

Ao fazer menção a *usos* típicos da variedade brasileira do Português, Ribeiro abre espaço para o início de uma longa discussão sobre a *nacionalidade linguística brasileira*, levada a cabo intensamente, em território nacional, na primeira metade do século XX.

Quanto à presença de tais usos na *Grammatica*, preliminarmente, realizamos um levantamento numérico-descritivo destes, atitude que nos mostrou o seguinte cenário:

- 12 menções a usos específicos dos brasileiros em geral, sem especificar, nestes casos, uma região do país ou algum grupo social determinado. Estas referências são feitas, na *Grammatica*, pelo emprego dos termos *Brazil*, *Brasil* (grafou duas vezes com *s*) ou *brazileiros*.
- 8 menções a usos peculiares do estado de *São Paulo*. Neste grupo, há 3 referências ao uso deste estado, sem determinar região ou grupo social, 2 menções ao uso dos *caipiras de S. Paulo*, 2 menções que contrastam o uso de uma determinada estrutura entre São Paulo e Minas Gerais e 1 menção a um uso específico da cidade paulista de Sorocaba.
- 3 menções ao usos peculiares do estado de *Minas Geraes*. Além dos 2 casos acima mencionados, Ribeiro inclui um outro, só que, desta vez, estabelecendo o contraste do uso de uma determinada estrutura com o estado da *Bahia*.
- 5 menções a usos peculiares dos *caipiras*, mas nestes casos não há especificação de que região do Brasil são tais caipiras, tal qual foi feito nas referências aos caipiras de S. Paulo. Em uma destas 5 menções, há uma em que junto com os *caipiras*, Ribeiro refere-se aos *escravos*. Devemos, aqui, salientar que a despeito da não especificação regional nestas 5 menções, as atrelamos ao Português do Brasil, uma vez que Ribeiro (1914, 305, grifos do autor) utiliza-se, em seu texto, de recursos que podem ratificar tal inclusão. Por exemplo, o uso do pronome *nós*, como na frase: "[...] usadíssimas entre nós pelos *caipiras* [...]".

São, portanto, 28 menções a usos específicos do Português do Brasil, que foram por nós, analisados. Quanto aos nossos objetivos, o exame destes excertos nos mostrou dois pontos relevantes, a saber: primeiro, a constatação, por parte de Ribeiro, de que determinadas estruturas linguísticas (tanto no plano fonológico, morfológico ou sintático) são *realizadas* de forma diferente no Brasil e em Portugal. Além das *variações* de determinados *usos* entre os dois países, Ribeiro também reconhece e analisa *variações* existentes internamente no próprio Português do Brasil.

Quanto ao segundo ponto, nos chamou a atenção o posicionamento do gramático quanto à sanção ou não destes *usos variantes* observados e descritos por ele em sua *Grammatica*.

A apresentação dos resultados da análise das 28 referências acima mencionadas, que ora passaremos a fazer, foi organizada da seguinte forma: estudo da seleção dos trechos mais representativos quanto às diferenças de *uso* do Português em Portugal e no Brasil e, depois, estudo da seleção de trechos relativos às diferenças internas do próprio Português do Brasil. Conjuntamente a tais análises, incluiremos nossas observações no que diz respeito ao posicionamento *normativo* do gramático, ou seja, se ele sancionou ou não os *usos* que arrolou em sua *Grammatica* e que foram, por nós, selecionados.

Assim dito, passemos, então, à análise dos trechos em que são confrontadas por Ribeiro diferentes realizações linguísticas do Português em Portugal e no Brasil.

Neste primeiro grupo de trechos da *Grammatica*, as diferenças apontadas por Ribeiro são de nível *fonológico*. Ali, Ribeiro (1914) acentua um fato relevante quanto às diferenças de registro entre estes dois países: suas diferentes *prosódias*. Vejamos:

Exemplo (1):

A voz tónica comum *i* representa-se: [(1) e (2)] 3) por *e*, na terminação de todos os vocabulos barytonos e na conjunção *e*, ex.: *cidade -mosarabe - montes e valles*, que se lêem *cidadi - mosarabi - montis e valis*.

A maioria dos Brasileiros assim pronuncia: em Portugal diz-se – *cidade - mosárabê - montês ê vallês*, dando á voz terminal um som abafado, muito distincto de *i*. (Ribeiro, 1914, 31, grifos do autor)

Exemplo (2):

O diphthongo nasal *ãe* representa-se sempre por *ãe*, ex.: *capitães - mãe*.

Os portuguezes pronunciam *em* final como o diphthongo *ãe*: vem dahi a rima, tão estranha aos ouvidos brasileiros, de *mãe* com *ninguem, tambem*, etc. ex.:

"Triste de quem der um ai
Sem achar echo em *ninguem!*
Felizes os que têm pae,
Mimosos os que têm *mãe!* (1)⁷" (Ribeiro, 1914, 53, grifos do autor)

Exemplo (3):

Alteram-se os vocabulos por addicção, por eliminação, por transposição, e por absorção, de vozes ou de modificações.

A absorção da voz livre pura que termina um vocabulo pela voz livre inicial do vocabulo seguinte chama-se *synalepha*, ex.: *da, mo*, por *de-a me-o*.

A *synalepha* não se effectua quando está sob o accento tónico a voz livre terminal do primeiro vocabulo, nem tampouco na inserção por *tmese* de pronomes em verbos.

A pratica da *synalepha* é mais seguida em Portugal do que no Brazil; todavia ella é de rigor na leitura corrente, bem como a ligação dos vocabulos quando seus elementos o permitem, ex.: '*Dom donzel, onde é que está el-rei? dizia Affonso Domingues ao pagem*'. (ALEXANDRE HERCULANO).

lê-se:

⁷ Esta numeração representa uma *nota de rodapé* feita por Ribeiro. Aqui procederemos a sua devida reprodução: (1) Thomaz Ribeiro, *D. Jayme*, Canto IV.

Dom donzé londé questá el-rei ? dizi Affonso Domingue záo pagem. (Ribeiro, 1914, 25-26, grifos do autor)

Não há nos exemplos (1), (2) e (3) significativa tomada de posição de Ribeiro quanto à definição de qual *prosódia* é mais adequada. Como pôde ser visto, o tom do gramático é mais *descritivo*, do que *sancionador*, mesmo que, no exemplo (1), a pronúncia brasileira para a "voz tonica commum do i" faça parte do terceiro item da *prescrição gramatical*. Com efeito, não há sanção ao uso prosódico de Portugal, fazendo, assim, que a inclusão da prosódia brasileira, no corpo da gramática, represente mais uma atitude de abonar esta realização fonológica brasileira, do que uma sanção ao uso português.

No próximo grupo de exemplos (4), (5) e (6) podemos perceber a questão da *evolução linguística* do Português de forma bastante clara. Isto se deve ao fato de tratarem da passagem, da *evolução* do Latim para o Português, ou seja, tratam do que hoje estudamos sob o nome de *mudança linguística*. A ideia de *evolução* das línguas também aparece quando Ribeiro introduz suas observações quanto ao uso brasileiro do Português. Com efeito, ao contrastar, sincronicamente, diferentes usos do Português – em Portugal e no Brasil - Ribeiro fez referência ao processo hoje denominado *variação linguística*.

Os exemplos (4), (5) e (6) estão localizados na seção sobre *Etymologia*, da *Grammatica*. No exemplo (4), encontramos as referências ao Português do Brasil em um longo tópico de Ribeiro (1914, 156) sobre a "passagem do Latim para o Portuguez", *evolução* estudada em 23 itens. Especificamente, tais referências ao uso brasileiro são encontradas nos itens 14 e 17 do referido tópico. Vejamos, então, o item 14:

Exemplo (4):

14) dissolução em voz livre da primeira de duas modificações que actuam sobre a mesma voz [referência às mudanças fonéticas do Latim para o Português].

A modificação dissolvida fica formando diphthongo com a voz precedente. *C, g, l, p*, iniciais de grupos modificativos, dissolvem-se em *i*: *noite* de *nocte*; *reinar* de *regnare*; *buitre*, *escuitar* (fôrma antiga e usada ainda no Brasil), *fruta* (fôrma antiga e ainda usada no Brasil), *muito*, de *vulture*, *ascultare*, *fructu*, *multo*; *conceito* de *concepto*. *X* divide-se em *cs*: *c* dissolve-se em *i*, *e s* assume a fôrma *graphica* de *x* com valor de *ch*; *eixo*, de *axe*, *teixo* de *taxo*. O mesmo acontece com os grupos *ct*, *ps*, *cs*, *ss*: *feito* de *facto*; *caixa* de *capsa*; *feixe* de *fasce*; *paixão* de *passione*.

Sobre a voz que precede a modificação dissolvida, ha a notar:

[(a) e (b)] *c* a voz *a* antes de *i*, resultante da dissolução de *l*, converte-se em *o*, formando o diphthongo *oi*: *coice* de *calce*; *foice* de *falce*.

Na mór parte dos casos, a dissolução depois de *o*, além de ser em *i*, pôde tambem ser em *u*: *noite* ou *noute*, *coice* ou *couce*, *foice* ou *fouce*. Todavia ha fôrmas immoveis consagradas pelo uso: diz-se sempre *oito* e não *outo*; *Outubro*, *douto* e não *Oitubro*, *doito*.

Depois de *u* é rara a dissolução de *c* em *i*; todavia ha exemplos, como os acima citados— *escuitar*, *fruito*, que se encontram em Camões e são vigentes no Brasil.

Neste caso de dissolução, a voz precedente *u* converte-se por vezes em *o*: *aloitar*, *loitar* (em Português antigo, no dialecto Gallego e ainda hoje no interior do Brasil) por *luctar* de *luctare*. (Ribeiro, 1914, 160, grifos do autor)

Mais à frente, também na seção sobre *Etymologia*, encontramos os exemplos (5) e (6), nos quais as referências ao uso brasileiro do Português aparecem, respectivamente, em subseções que versam sobre o "estudo historico da conjugação regular portugueza" e sobre o "processo de formação dos verbos portuguezes". Vejamos:

Exemplo (5):

2) Gerundio.

1. ^a CONJUGAÇÃO	2. ^a	3. ^a	4. ^a
<i>Cant</i> -ANDO	<i>Vend</i> -ENDO	<i>Part</i> -INDO	<i>P-on</i> -DO

O infinito gerundio portuguez é derivado da forma ablativa do gerundio latino *amando*, *monendo*, etc. (1)

(1) O gerundio latino, que é, por assim dizer, uma verdadeira declinação do nome verbal infinito presente, passou para o romanico na forma ablativa. Que o gerundio é o mesmo que o infinito presente acompanhado de preposição, prova-se pelas seguintes identicas phrases: *Vi-o chorando* (Brasil), *vi-o a chorar* (Portugal). (Ribeiro, 1914, 210, grifos do autor)

Exemplo (6):

Por derivação⁸, formam-se verbos:

1) de substantivos: de *trabalho*, *trabalhar*; de *dama*, *damejar*; (J. FERR., *Aul.*, 12 v); de *caminho*, *caminhar*; de *numero*, *numerar*; de *purpura*, *purpurar*; de *pavão*, *pavonear*; etc.

Galopar (Portugal) andar a galope; *galoppear* (Brazil) andar a galope, e tambem, com sentido transitivo, principiar a domar uma cavalgadura, montando-a pelas primeiras tres vezes. (Ribeiro, 1914, 214, grifos do autor)

Como pôde ser visto, o processo de *evolução*, nos exemplos (4), (5) e (6), representado pela *variação linguística* entre o Português de Portugal e do Brasil, não são sancionados por Ribeiro, ao contrário, o gramático fundamenta os mencionados usos brasileiros com *abonações históricas da língua*. Há, em cada exemplo, especificidades que merecem, pois, análises individualizadas.

No exemplo (4), devemos salientar o emprego do recurso acima mencionado, aliás, frequentemente utilizado por Ribeiro em sua *Grammatica*. Isto

⁸ Em *Traços geraes*, Ribeiro (1880, 49-50, grifos do autor) esclarece o sentido que dá quando usa o termo *derivação*. Vejamos: "A classificação nas linguas tem sido sempre genealogica, porque a chamada *derivação* outra cousa não é sinão a *filiação*".

ocorre quando o gramático comenta alguns usos vigentes à época, no Brasil, notadamente determinadas estruturas caras aos *caipiras* ou aos habitantes do *interior*. Tais usos, segundo se nota nas observações do gramático, existiam em outros períodos históricos do Português e sua permanência, *sincronicamente* observável na fala destes grupos, representa a preservação de resquícios históricos da língua.

Assim, ao analisar estas estruturas que não faziam mais parte da *sincronia* do Português e, tampouco, estavam previstas na *prescrição gramatical*, Ribeiro não as classifica como incorretas, apenas as circunscreve a um determinado grupo de falantes, como por exemplo, os *caipiras* ou os *brasileiros interioranos*.

As formas mencionadas por Ribeiro (1914, 160) neste exemplo são: *fruta*, *escuitar* e *loitar* (*aloitar*). Os dois primeiros termos são caracterizados como "fórmula antiga e ainda usada no Brasil" salientando também que "se encontram em Camões e são vigentes [ainda] no Brasil". Já quanto ao terceiro termo, o autor diz que é um vocábulo do "Português antigo, [presente] no dialecto Gallego e ainda hoje [também presente] no interior do Brasil".

Para explicar a presença destes termos em sua *sincronia*, Ribeiro recorre à história da língua, mostrando que tais formas podem ser explicadas ao se examinar algumas regras relativas à mudança fonética do Latim para o Português. No caso de *fruito* e *escuitar*, o gramático explica que houve nas formas latinas *fructu* e *ascultare*, respectivamente, a "dissolução" do *c* e do *l* em *i*. Já quanto à *loitar* (*aloitar*), Ribeiro (1914, 160) diz que "neste caso de dissolução, a voz precedente *u* converte-se por vezes em *o*". Aplicada esta regra, teríamos a seguinte *evolução* terminológica: *luctar* > *luitar* > *loitar*.

Com efeito, apesar de Ribeiro mencionar que tais vocábulos são característicos do Português antigo ou mesmo restritos ao interior do país, sua atitude de recorrer à história da língua para explicar, desenvolvidamente, sua permanência no uso do Português do Brasil, mostra a complacência de Ribeiro quanto às transformações/*evoluções* ocorridas no Português, desde que encontrem explicações históricas que as justifiquem.

No exemplo (5), Ribeiro (1914, 210, grifos nossos), ao falar do "infinito", o divide em "infinito presente" e "infinito gerundio". De acordo com o gramático, os portugueses preferem a primeira forma, ao passo que os brasileiros, a segunda. Tal escolha fazia os portugueses optarem por "Vi-o *a chorar*" e os brasileiros por "Vi-o *chorando*". Ribeiro (1914, 210, grifos nossos) equipara valorativamente as duas construções, dizendo: "Que o *gerundio* é o *mesmo* que o *infinito presente* acompanhado de preposição, prova-se pelas seguintes *identicas phrases* [cita as duas frases acima mencionadas]".

Como pôde ser visto no trecho deste exemplo, novamente a abonação de Ribeiro, quanto a um uso *sincronicamente* observável no Português do Brasil,

vem da história da língua, justificada pelo processo de *evolução* do Latim para o Português.

Convém ainda destacar que esta observação de Ribeiro é atualíssima, uma vez que tais preferências permanecem inalteradas até hoje. Os portugueses continuam utilizando-se da construção [preposição + infinitivo] e os brasileiros, preferencialmente, continuam empregando o *gerúndio*.

Assim dito, passemos, então, ao exemplo (6), que é a próxima referência quanto aos diferentes usos do Português no Brasil e em Portugal e está localizada em uma subseção da *Grammatica* que estuda o "processo de formação dos verbos portugueses". Neste local, Ribeiro (1914, 214, grifos do autor) diz que tal processo se dá por duas formas distintas: *derivação* e *composição*.

Do processo de *derivação*⁹, o autor destaca a existência de duas formas *variantes* para o verbo *galopar*. Vejamos: "*Galopar* (Portugal) andar a galope; *galoppear* (Brazil) andar a galope, e também, com sentido transitivo, principiar a domar uma cavalgada, montando-a pelas primeiras tres vezes".

Relativamente ao exemplo acima destacado, podemos dizer que a posição de Ribeiro tende à *neutralidade* quanto às formas *variantes* do termo *galopar*, uma vez que além da descrição do processo em si, não há outros elementos no texto que indiquem a valoração ou a sanção do gramático quanto a uma delas.

Com efeito, se no âmbito *fono-morfológico* há complacência de Ribeiro quanto às mudanças motivadas pela *evolução* do Português, o mesmo não ocorre no que diz respeito à *sintaxe*.

Nesta seção da *Grammatica*, encontramos as únicas sanções que Ribeiro (1914, 262-264) faz, declaradamente, quanto aos usos brasileiros do Português. Tais reprovações aparecem sob a rubrica de "é erro vulgar", "pecca-se contra este preceito" e "é erro comezinho". Vejamos, então, o conteúdo destas críticas, nos exemplos (7), (8) e (9):

Exemplo (7):

Toda a palavra que serve de sujeito a um verbo põe-se em relação subjectiva. Como em Portuguez não se declinam os substantivos, a applicação desta regra só se torna patente quando o sujeito é um pronome substantivo, ex.: EU vejo as arvores - TU queres pão. Ha a notar as seguintes excepções: 1) O pronome substantivo sujeito de um verbo no infinito, dependente de um verbo no finito (chamam-se *finitos* os quatro modos, - indicativo, imperativo, condicional e subjunctivo), põe-se em relação objectiva, ex.: Eu vi-**O** caminhar ás pressas - Deixa-**O** ir.

Esta syntaxe, commum a varias linguas romanicas, é tomada directamente do Latim, em o qual o sujeito do verbo no infinito vai para o accusativo. E' erro vulgar no Brazil usar-se em casos taes da relação subjectiva: diz-se, por exemplo: Vi ELLE caminhar ás pressas. - Deixa ELLE ir. (Ribeiro, 1914, 262, grifos do autor)

⁹ Como já mencionamos anteriormente, para Ribeiro (1880), tal processo significa *filiação*.

Exemplo (8):

Os pronomes substantivos, em relação adverbial, nunca podem servir de sujeitos, nem mesmo nas frases infinitivas que vêm depois de uma preposição. Em taes casos usa-se da relação subjectiva, ex.: *Esta laranja é para EU comer.*

Em certas zonas do Brazil pecca-se contra este preceito, dizendo-se: "*Para MIM comer*, etc". (Ribeiro, 1914, 263, grifos do autor)

Exemplo (9):

Toda a palavra que serve de objecto a um verbo põe-se em relação objectiva.

Como em Portuguez não se declinam substantivos, a applicação desta regra só se toma patente quando o objecto é representado por um pronome substantivo, ex.: *Eu o vejo - Queres-ME muito.*

Pôr em relação subjectiva o pronome substantivo que serve de objecto a um verbo, é erro comezinho no Brazil, até mesmo entre os doutos: ouvem-se a cada passo as locuções incorrectas: *Eu vi elle - Espere eu.* (Ribeiro, 1914, 264, grifos do autor)

Com efeito, os exemplos (7) e (8) estão incluídos na seção em que Ribeiro (1914) trata do *sujeito*.

Em (7), Ribeiro (1914, 262) critica o uso brasileiro - "é erro vulgar no Brazil" – de não respeitar o que estabelece a sintaxe das línguas românicas, vinda diretamente do Latim, ou seja, haveria de se observar que "o sujeito do verbo no infinito vai para o accusativo". Assim, teríamos, pela *prescrição*, a construção "Deixa-o ir" e não a opção, freqüente no Brasil, por "Deixa **elle** ir".

Quanto ao exemplo (8), Ribeiro (1914, 263) opõe-se ao uso brasileiro – "pecca-se contra este preceito" – que, muitas vezes, opta por colocar os pronomes substantivos em relação adverbial como sujeitos da oração. Tal escolha faz com que se construam frases como a seguinte: "Isto é para **mim** comer". De acordo com o autor, deve-se seguir a seguinte *prescrição*: "Em taes casos usa-se da relação subjectiva", que resulta na alteração da frase acima para: "Isto é para **eu** comer".

Já, em relação ao exemplo (9), o encontramos na seção destinada ao estudo do *objeto*. Novamente, Ribeiro (1914, 264) sanciona o uso brasileiro, mas, neste caso, observa que, apesar de estar fora da *prescrição*, ele é utilizado "até mesmo entre os doutos". A objeção feita pelo gramático refere-se à preferência dos brasileiros em "pôr em relação subjectiva o pronome substantivo que serve de objecto a um verbo". Tal opção leva a construção de frases como: "Eu vi **elle** na rua". A *prescrição gramatical*, por seu turno, aparece quando Ribeiro (1914, 264) lembra que "toda a palavra que serve de objecto a um verbo põe-se em relação objectiva", instrução que nos leva a construir a mesma frase, porém, da seguinte forma: "Eu vi-o na rua".

Com efeito, devemos destacar novamente a *atualidade* das observações feitas por Ribeiro relativamente ao Português do Brasil. Assim afirmamos, pois as construções fora da *prescrição*, mencionadas pelo autor, são, até hoje, realizadas e muito *produtivas* no Português do Brasil, notadamente em determinados estratos da sociedade.

Quanto às questões sintáticas levantadas por Ribeiro nos exemplos (7), (8) e (9), é preciso dizer que a despeito de a *norma culta* do Português continuar estabelecendo os mesmos referenciais expostos na *Grammatica*, pode-se ainda verificar, no Português do Brasil do século XXI, tal qual ocorreu com Ribeiro em seu tempo, os mesmos desvios ao que estabelece a *norma culta* quanto a esta questão. Em nossa *sincronia*, frequentemente são verificados exemplos iguais aos arrolados por Ribeiro (1914), como: "Isto é para **mim** comer" ou "Eu vi **elle** na rua".

Da mesma forma que faz Leite (2003), quando caracteriza Ribeiro em sua "tendência sociolinguística", cabe aqui a devida menção quanto à *perspicácia* do autor na observação e descrição de especificidades do Português, característica, com efeito, relativamente escassa entre os gramáticos.

Esgotadas, pois, as análises dos trechos selecionados da *Grammatica* concernentes às diferenças do Português em Portugal e no Brasil, passemos, então, ao estudo dos trechos relativos às diferenças internas do próprio Português do Brasil.

Quanto às menções internas à *variedade brasileira*, devemos destacar que elas são, em sua grande parte, referentes ao Estado de São Paulo, local em que Ribeiro vivia.

Esquemáticamente, temos oito destaques ao uso paulista do Português. Dentro deste grupo, há referências específicas ao falar *sorocabano* e aos *caipiras*. Em relação ao Estado de Minas Gerais, há três menções e, quanto à Bahia, apenas uma referência. Curiosamente, não encontramos nenhuma alusão ao falar do Rio de Janeiro, à época, capital do Império e importante Estado no que tangia aos estudos filológicos.

Assim dito, passemos em análise alguns trechos que tratam dos diferentes falares dentro do Brasil. Inicialmente, mostraremos os registros relativos a São Paulo.

Nos quatro exemplos que ora examinaremos, dois fazem referência a grupos sociais específicos do estado de São Paulo – os *caipiras* e os *fazendeiros* – e dois são menções gerais a usos particulares do Português em São Paulo. Vejamos, então, os exemplos (10) e (11).

Exemplo (10):

A clausula substantivo começa sempre pela conjunção *que*, ou pela preposição *de*, ou por uma palavra interrogativa.

Nos escriptos classicos muitas vezes omitta-se a conjuncção *que*, ex.: "*A grande reputação que Gil Vicente adquiriu entre seus contemporaneos e a celebridade que ainda hoje seu nome gosa entre os litteratos, junto á singularidade de suas obras, PARECE DEVERIAM ter animado a algum zeloso de nossa litteratura a emprehender uma nova edição deste nosso antigo escriptor* (1)¹⁰".

Os caipiras de S. Paulo praticam frequentemente a mesma omissão, dizendo: *PODIA ELLE VIESSE hoje, etc.* (Ribeiro, 1914, 232, grifos do autor)

Exemplo (11):

Em logar do pronome da primeira pessoa do singular *eu*, usam os escriptores da fôrma da primeira pessoa do plural *nós*. O verbo vai para o plural; os adjectivos em relação attributiva ou predicativa com esse pronome ficam no singular, ex.: *Antes sejamos breve que prolixo*.

Antigamente, dava-se geralmente o mesmo uso com o pronome da segunda pessoa; ainda hoje, neste Estado (S. Paulo), os velhos fazendeiros, conservadores tenazes dos habitos fidalgos de seus avós, usam de tal tratamento em relação aos inferiores a quem votam affecto. (Ribeiro, 1914, 252, grifos do autor)

No exemplo (10), encontramos o mesmo processo de abonação, ou seja, para justificar um determinado uso *sincrônico*, Ribeiro recorre à *diacronia*. Tal retrospectão, como vimos, é feita quando o autor recorre a algum aspecto da *história da língua* ou quando menciona algum *escritor clássico* e importante do Português.

Com efeito, mesmo que utilizados em *sincronias* diferentes, Ribeiro (1914, 232) abona historicamente aquilo que observou no *uso* dos *caipiras* de São Paulo: a omissão da preposição *de* ou da conjunção *que* no início das "clausulas substantivos". A justificativa para Ribeiro aceitar tal omissão pode ser encontrada no fato de que sua *vernaculidade* foi atestada pelos "escriptos clássicos [referência a Barreto Feio, quando de seu 'Prólogo à edição de Gil Vicente']".

No exemplo (11), Ribeiro mostra novamente sua aguda observação – sua "tendência sociolinguística" – uma vez que por seu intermédio podemos ter informações sobre outro grupo social de seu tempo: os *fazendeiros* de São Paulo.

No entanto, quanto ao processo de abonação, não há mudanças em seu procedimento que é, efetivamente, o mesmo apresentado no exemplo (10) e em outros exemplos aqui já analisados.

Neste caso, Ribeiro (1914, 252) analisa um uso específico dos *escriptores* de sua época. Tal uso seria a opção destes que no "logar do pronome da primeira pessoa do singular *eu*, usam [...] da fôrma da primeira pessoa do plural *nós*". Assim procedendo, os escritores colocavam o verbo no plural, porém "os adjectivos em relação attributiva ou predicativa com esse pronome [nós] fica-

¹⁰ Esta numeração representa uma *nota de rodapé* feita por Ribeiro. Aqui procederemos a sua devida reprodução: (1) BARRETO FEIO, *Prologo á edição de Gil Vicente*.

vam no singular". A aplicação deste recurso resulta em frases como: "Antes sejamos *breve* que *prolixo*".

Ribeiro (1914), como pôde ser visto no excerto em questão, além da exposição em si de tal uso, não analisa este recurso empregado pelos *escritores*. Podemos inferir, no entanto, que esta construção é *estilística*, uma vez que a ausência de *concordância verbo-nominal*, na frase arrolada pelo gramático, é proposital.

Além dos *escritores*, Ribeiro (1914, 252) nos informa que este uso peculiar é também encontrado em um outro grupo social - os velhos *fazendeiros* de São Paulo - porém, neste caso, construído com a *segunda pessoa*.

Efetivamente, no caso dos *fazendeiros*, Ribeiro (1914, 252) explica que a permanência deste uso, em sua *sincronia*, deve-se ao fato de que tais fazendeiros são "conservadores tenazes dos hábitos fidalgos de seus avós", uma vez que "antigamente, dava-se geralmente o mesmo uso com o pronome da segunda pessoa; [sendo que] ainda hoje, [está presente] neste Estado (S. Paulo)". Ou seja, mais uma vez, o gramático justifica a *produtividade sincrônica* de uma determinada estrutura pela sua existência *diacrônica*.

Assim dito, passemos, então, aos outros dois trechos em que são feitas referências ao Português de São Paulo. Como já mencionamos, estas menções são gerais ao Estado, não delimitando, assim, nenhum grupo específico.

No primeiro caso, Ribeiro (1914, 97), ao falar dos diminutivos familiares, mostra que há uma *variação lexical* entre São Paulo e Minas Gerais, quanto ao termo *senhora*. Os paulistas usam o diminutivo *nha*, ao passo que os mineiros optam pelo *sia*.

Quanto ao segundo caso, ainda referindo-se a uma *variação lexical* entre estes dois Estados, Ribeiro (1914, 162) menciona que os termos *diabo* e *diacho*, além destas duas formações, encontram equivalentes em São Paulo sob a forma de *dianho* e, em Minas Gerais, como *dialho*.

Finalmente, encerrando as análises dos trechos relativos às diferenças internas do Português do Brasil, destacamos que Ribeiro, ao falar a respeito das *partículas negativas*, exemplifica um caso de *uso* comum aos Estados da Bahia e, novamente, de Minas Gerais.

Na *prescrição gramatical*, Ribeiro (1914, 300-301, grifos do autor) assevera que: "Não é a palavra de negação perfeita, ex.: NÃO *posso* – NÃO *dou* – NÃO". Porém, em seguida, ao comentar a *prescrição* que acabara de fazer, o gramático destaca existir, nos mencionados Estados, o processo de duplicação do *não*. Vejamos: "Em algumas provincias do Brasil, como Bahia, Minas *não* duplica- se ex.: NÃO *posso*, NÃO. NÃO *dou*, NÃO".

4. Considerações finais

Ao olharmos para a história da gramaticografia brasileira, a *Grammatica*, de Ribeiro, terá sempre um lugar de destaque face à importância que desempenhou. Como apontamos, há vários aspectos que fazem com que ela tenha a relevância acima mencionada, entre os quais podemos citar o pioneirismo quanto à *gramatização* do Português do Brasil e a ruptura epistemológica com o Racionalismo, modelo até então preponderante, representado, em termos linguísticos, pela Gramática Filosófica.

Tal rompimento é o que consideramos fundamental para haver as inclusões de marcas do Português do Brasil em seu texto gramatical. Ribeiro, ao se vincular teoricamente ao Naturalismo, passa a ver a língua como um ser vivo - um organismo que nasce, cresce e morre - algo, portanto, em constante evolução. Este seu olhar naturalista fez com que ele considerasse aquilo que empiricamente era observável, ou seja, algumas especificidades do Português praticado no Brasil. Apesar do rompimento com o *Racionalismo*, permanece, em sua *Grammatica*, o modelo *Prescritivista*. A presença destes dois modelos faz com que Ribeiro utilize-se de dois diferentes referenciais: a *norma culta*, por influência do *Prescritivismo* e o processo de *vida e evolução* das línguas, pela sua relação com o pensamento *naturalista-evolucionista*.

A condescendência do gramático com determinados usos que não estavam exatamente prescritos na norma culta pode ser vista como a aceitação de Ribeiro quanto à fatal lei da evolução linguística, contra qual ele nada poderia fazer. Nestes casos, Ribeiro acatou e registrou, em seu texto, aquilo que tributara a um processo intrínseco da própria língua, de sua natural evolução. Em outros momentos, Ribeiro assume o papel restritivo característico do Prescritivismo e estabelece aquilo que está certo e aquilo que está errado.

Há, portanto, quanto às posições gramaticais de Ribeiro, oscilação entre uma "aceitação *evolutiva*" e uma "restrição *normativa*". Tal aceitação *evolutiva*, com efeito, abriu espaço para que Ribeiro registrasse, em sua *Grammatica*, marcas do Português do Brasil relativas à *hiperlíngua* brasileira.

Referências bibliográficas

- Arnould & Lancelot. 2001[1. ed. 1660]. *Gramática de Port-Royal*. Tradução e prefácio Bruno F. Bassetto; Henrique G. Murachco, 2. ed., São Paulo: Martins Fontes.
- Auroux, Sylvain. 1992. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Auroux, Sylvain. 1994. "A *hiperlíngua* e a externalidade da referência". En: Orlandi, Eni Puccinelli (org.) *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 241-251.
- Auroux, Sylvain. 1998a. *La raison, le langage et les normes*. Paris: PUF.

- Auroux, Sylvain. 1998b. "Língua e hiperlíngua". En: *Língua e instrumentos linguísticos* 1, jan./jun, 17-30.
- Bassetto, Bruno F. & Murachco, Henrique G. 2001 [1. ed. 1660]. "Prefácio à edição brasileira". En: Arnauld & Lancelot. *Gramática de Port-Royal*. 2. ed., São Paulo: Martins Fontes.
- Casassanta, Mário. 1946. *Júlio Ribeiro e Maximino Maciel*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Chevalier, Jean-Claude. 1996. *Histoire de la grammaire française*. Paris: PUF.
- Guimarães, Eduardo. 1996a. "Sinopse dos Estudos do Português no Brasil: a gramatização brasileira". En: Guimarães, Eduardo & Orlandi, Eni Puccinelli (eds.) *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas: Pontes, 127-138.
- Faraco, Carlos Alberto. 2002. "Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós". En: Bagno, Marcos (ed.) *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 37-61.
- Hessen, Johannes. 1964 [1926]. *Teoria do conhecimento*. 3. ed., Coimbra: Arménio Amado Editor.
- Leite, Marli Quadros. 2005. "A hiperlíngua brasileira na construção da norma gramatical: um estudo de gramáticas do século XIX". En: *Estudios portugueses* 5, 103-112.
- Leite, Marli Quadros. 2007. "Anotações sobre dois autores brasileiros do século XIX: Júlio Ribeiro e João Ribeiro". Texto inédito.
- Pinto, Edith Pimentel. 1978. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos 1-1820/1920-fontes para teoria e história*. São Paulo: EDUSP.
- Ribeiro, Julio. 1880. *Traços geraes de linguistica*. São Paulo: Abilio A. S. Marques – Editor.
- Ribeiro, Julio. 1881. *Grammatica portugueza*. 1. ed., São Paulo: Typ. de Jorge Seckler.
- Ribeiro, Julio. 1914. *Grammatica portugueza*. 12. ed., Rio de Janeiro/ São Paulo/ Bello Horizonte: Livraria Francisco Alves & C.

Título / Title

A gramatização do Português do Brasil na *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro (1881)

The grammatization of Brazilian Portuguese in the *Grammatica portugueza*, by Júlio Ribeiro (1881)

La gramatización del Portugués de Brasil en la *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro (1881)

Resumo / Resumen / Abstract

A *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro, publicada em 1881, foi o primeiro compêndio a introduzir e analisar de forma mais ampla e consistente a variedade brasileira do Português, sendo, portanto, o responsável por *gramatizar* o Português do Brasil. O presente trabalho tem como objetivo discutir e compreender as condições que possibilitaram a Ribeiro este pioneirismo. Para realizar tal tarefa, estudamos o corte epistemológico realizado pelo autor na gramaticografia brasileira, uma vez que Ribeiro negou os principais valores do *Racionalismo* e vinculou-se ao *Naturalismo*. Esta mudança teórica - a despeito da manutenção da influência do modelo *Prescritivista* - alterou a forma pela qual a *gramática tradicional* deveria descrever a *língua* e foi, com efeito, relevante para que se incluíssem, pela primeira vez em uma gramática, marcas da variedade brasileira do Português. Para realizar tais estudos, nos atrelamos teórico-metodologicamente aos conceitos de Auroux (1992;1998a), especificamente, no que tange ao

processo de *gramatização* e à *hiperlíngua* e também no que diz respeito à significativa importância exercida pelos *instrumentos linguísticos*.

La *Grammatica portugueza*, de Julio Ribeiro, publicada en 1881, fue el primer compendio a introducir y analizar de forma más amplia y consistente la variedad brasileña del Portugués, siendo, por lo tanto, el responsable por *gramatizar* el Portugués de Brasil. El presente trabajo tiene como objetivo discutir y comprender las condiciones que posibilitaron a Ribeiro este pionerismo. Para realizar tal tarea, estudiamos el corte epistemológico realizado por el autor en la gramaticografía brasileña, una vez que Ribeiro rechazó los principales valores del *Racionalismo* y se vinculó al *Naturalismo*. Ese cambio teórico – a pesar de la manutención de la influencia del modelo *Prescritivista* – alteró la forma por la cual la *gramática tradicional* debería describir la *lengua* y fue, de hecho, relevante para que se incluyesen, por primera vez en una gramática, marcas de la variedad brasileña del Portugués. Para realizar tales estudios, nos basamos teórico-metodológicamente a los conceptos de Aurox (1992;1998a), específicamente no que se refiere al proceso de *gramatización* y a la *hiperlengua* y, también, en lo que se refiere a la significativa importancia ejercida por los *instrumentos lingüísticos*.

The *Grammatica portugueza*, by Júlio Ribeiro, published in 1881, was the first compendium to introduce and analyze more broadly and consistently a Brazilian variant of Portuguese, being, therefore, responsible for grammatising the Brazilian Portuguese. This work aims to discuss and comprehend the conditions which made Ribeiro do these pioneerisms. To achieve this task, we studied the epistemological gash made by the author in the Brazilian grammaticography, once Ribeiro denied the main values of Rationalism and connected himself with Naturalism. This theoretical change – regardless the maintenance of the influence of the *Prescriptivist* model, altered the way in which the traditional grammar should describe the *language* and it was, with effect, relevant to an inclusion, by the first time in a grammar, of marks of the Brazilian Portuguese. To accomplish this study, we theoretic-methodologically linked ourselves to the concepts of Aurox (1992; 1998a), especially concerned to the process of *grammatization* and to *hyperlanguage*, and also in relation to the significant importance exerted by the *linguistic tools*.

Palabras clave / Keywords

Júlio Ribeiro, Gramática portuguesa, *Gramatização* do Português do Brasil, *Hiperlíngua* brasileira, Naturalismo na gramática

Júlio Ribeiro, Gramática portuguesa, *Gramatización* del Portugués de Brasil, *Hiperlengua* brasileña, Naturalismo en la gramática.

Júlio Ribeiro, Portuguese Grammar, *Grammatization* of Brazilian Portuguese, Brazilian *Hyperlanguage*, Naturalism in grammar

Código UNESCO / UNESCO Nomenclature

550614, 570111

Información y dirección del autor / Author and address information

José Bento Cardoso Vidal Neto
Departamento de Linguística/Centro de Documentação em
Historiografia Linguística (CEDOCH)
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo
Av. Prof. Lineu Prestes, 159, S7
05508-900 - São Paulo - SP - Brasil
Tel.: +55-11- 3091-2114
netospvidal@gmail.com